

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

BRUNO DE FREITAS GASTALDON

**A GESTÃO COMERCIAL E POLÍTICA ENTRE BRASIL E ANGOLA NOS
ÚLTIMOS TRÊS SÉCULOS**

CRICIÚMA, NOVEMBRO DE 2013

BRUNO DE FREITAS GASTALDON

**A GESTÃO COMERCIAL E POLÍTICA ENTRE BRASIL E ANGOLA NOS
ÚLTIMOS TRÊS SÉCULOS**

Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Administração, no curso de Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Maria Helena Souza

CRICIÚMA, NOVEMBRO DE 2013

BRUNO DE FREITAS GASTALDON

**A GESTÃO COMERCIAL E POLÍTICA ENTRE BRASIL E ANGOLA NOS
ÚLTIMOS TRÊS SÉCULOS**

Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Administração, no curso de Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Maria Helena Souza

BANCA EXAMINADORA

Prof. Fulano de Tal - Titulação - (Instituição)

Prof. Fulano de Tal - Titulação - (Instituição)

Prof. Fulano de Tal - Titulação - (Instituição)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que passaram pela minha vida e que de alguma forma contribuíram com algo para meu crescimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por estarem comigo a vida toda. E a toda minha família que também sempre me acompanhou. Aos meus amigos por terem divididos muitos dos melhores momentos da minha vida com eles. Minha namorada que veio sempre me incentivando no desenvolvimento deste trabalho, a meus professores por todo ensinamento transmitido ao longo do curso e principalmente a Deus, pois sem ele nada disto existiria.

“Imaginação é mais importante que a ciência, porque a ciência é limitada, ao passo que a imaginação abrange o mundo inteiro.”

(Albert Einstein)

RESUMO

GASTALDON, Bruno de Freitas. **A gestão comercial e política entre Brasil e Angola nos últimos três séculos**. 2013. 67 páginas. Monografia do Curso de Administração com Linha de Formação Específica em Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Brasil e Angola possuem uma relação que perdura por anos devido ao forte laço com sua mesma nação mãe, Portugal. Este trabalho teve como objetivo fazer uma análise do histórico entre Brasil e Angola descrevendo as políticas que pautaram as relações entre estas duas nações. O presente estudo busca também calcular os termos de troca desta balança comercial e conceituar o que é relação de troca. Quanto a metodologia, para cobrir os meios da investigação fez-se o uso de pesquisa de caráter bibliográfico com a utilização de livros e artigos que pautam o tema. Já para o fim da investigação a pesquisa utilizada foi de caráter descritivo. Os dados obtidos por meio das pesquisas realizadas neste trabalho apontam que a relação entre Brasil e Angola foi sendo construída ao longo de mais de dois séculos e se fortalecendo com o passar do tempo, principalmente após a independência angolana. Embora o saldo da balança comercial destes dois países aponte para uma vantagem brasileira, o país africano também é bastante beneficiado com esta relação. Sendo assim, este estudo aponta para um crescimento cada vez maior desta parceria comercial e também evidencia Angola como uma nação muito próspera para novos investimentos.

Palavras-chave: Angola, Brasil, relação comercial, relação de troca.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Exemplo de relação de troca.....	23
Quadro 1 – Balança Comercial do Brasil em milhões de dólares: 2008 a 2012.....	27
Quadro 2 – Balança Comercial de Angola em milhões de dólares: 2008 a 2012.....	27
Figura 1 – Mapa de Angola.....	29
Quadro 3 - Exportação: Brasil para Angola - 1997-2013.....	40
Tabela 2 - Exportações brasileiras para Angola calculando dólar dividido por quilograma exportado.	40
Quadro 4 - Importação: Brasil de Angola - 1997-2013.....	41
Tabela 3 - Relação de ganho Brasil X Angola.....	43
Figura 2 - Gráfico 1: Relação de troca Brasil – Angola.....	44
Quadro 5 - Saldo Comercial entre Brasil e Angola.....	44
Figura 3 – Gráfico 2: Exportações de Brasil com Angola dividida em três períodos (1967-1975; 1981-2002; 2003-2010). (em milhões de dólares)..	60
Tabela 4 - Principais indicadores econômicos de Angola (1970-1975)...	61
Tabela 5 - Principais indicadores econômicos de Angola (1981-2005)...	62
Tabela 6 - Principais indicadores econômicos de Angola (2006-2011)...	63
Tabela 7 - Principais indicadores econômicos do Brasil (1975-1980).....	64
Tabela 8 - Principais indicadores econômicos do Brasil (1981-2005).....	65
Tabela 9 - Principais indicadores econômicos do Brasil (2006-2011).....	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
2 COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	12
2.1 TEORIAS CLÁSSICAS DE ADAM SMITH E DAVID RICARDO.....	14
2.2 UMA NOVA TEORIA PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL: A TEORIA NEOCLÁSSICA.....	19
2.3 RELAÇÃO DE TROCA.....	22
2.4 ANGOLA E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	28
2.4.1 Das intermediações portuguesas a uma relação direta entre Brasil e Angola.....	31
2.4.2 A relação entre Brasil e Angola do segundo governo de Getulio Vargas até a independência de Angola.....	34
2.5 A EVOLUÇÃO COMERCIAL BRASIL E ANGOLA	38
2.6 RELAÇÃO DE GANHO COMERCIAL BRASIL E ANGOLA.....	43
2.7 SALDO COMERCIAL.....	44
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	46
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA.....	47
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS.....	48
3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	48
3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	50
4 ANÁLISE.....	51
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS.....	55
APENDICE	59
ANEXOS.....	60

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade o homem realiza trocas. Começando no período pré-histórico com troca de alimentos, passando pelo escambo onde os europeus trocavam bens com o povo indígena até chegar aos dias atuais no qual o dinheiro é o principal objeto de troca.

A relação de troca analisada neste trabalho é o índice que mede os preços de exportação e os preços de importação de um determinado país, estado ou município. O índice que mede esta relação, geralmente calculado por meio dos índices dos preços das exportações e das importações, reflete a posição de cada país em termos de seu poder de compra em âmbito internacional (SANDRONI, 2009). Neste caso o estudo será entre os países de Brasil e Angola nos últimos três séculos.

Localizado na costa oeste do continente africano, o país de Angola por muitos anos esteve sob o domínio de Portugal, conseguindo sua independência em 11 de novembro de 1975. Após todo o período como colônia, estabelecem-se no país duas frentes que lutam pelo poder culminando em uma duradoura guerra civil que só cessou no ano de 2002. O resultado desta guerra foi a vitória da MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola), um partido com tendências de esquerda que até hoje governa a nação. (SAETTONE, 2008).

Atualmente o Brasil tem uma pauta bastante diversificada de produtos que exporta para Angola. Destacam-se açúcares de cana, beterraba, carne bovina, suína e de frango, tratores rodoviários, móveis de madeira, reboque e semirreboques. Vale ressaltar que estes produtos citados a cima representam apenas 25% das exportações brasileiras para o país africano. Em contra partida, Angola destaca-se pela exportação de óleos brutos de petróleo, que totaliza 97% de sua exportação para o Brasil (MDIC, 2011).

Por meio deste estudo, será apresentado um pouco da história incomum entre Brasil e Angola e quais são os produtos que estão na balança comercial entre estes dois países, além de calcular o saldo comercial baseando-se na relação de troca.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Com o incessante avanço da globalização em todo o mundo, as relações comerciais tem se tornado cada vez mais comum entre diversos países. Portanto, tanto Brasil quanto Angola possuem inúmeros parceiros os quais estabelecem tais relações.

O comércio internacional é uma das principais arenas nas quais se definem as possibilidades de desenvolvimento de um país. As regras que determinam as relações interacionais entre os países são de muita responsabilidade, pois elas determinam as condições de integração dos países na comunidade global. (LOPES, 2010).

Brasil e Angola têm estado em rota de encontro pelo fato de terem sido por muito tempo colônias de Portugal. Embora a independência de Angola tenha ocorrido a mais de 150 anos após a brasileira, as relações políticas entre os dois países sempre foi algo bastante forte.

A relação comercial entre estas duas nações também sempre existiu, seja pela afinidade do idioma e também pela afinidade cultural. Uma relação que vem crescendo cada vez mais à medida que os dois países tem tido nos últimos anos bons índices de crescimento econômico. Além do fato de que Angola somente recentemente estabilizou-se após a longa guerra civil e tem tido uma alta demanda por muitos tipos de produtos, tornando-se um atraente mercado para o Brasil (MDIC, 2011).

Diante do exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: **Como caminha a relação histórica entre Brasil e Angola e a sua balança comercial baseando-se nos seus termos de troca?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Descrever a relação histórica entre Brasil e Angola e as relações comerciais baseando-se na relação de troca.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Conceituar a relação de troca;
- b) Analisar a história da relação entre Brasil e Angola;
- c) Descrever as políticas que pautaram as relações entre Brasil e Angola;
- d) Calcular os termos de troca da balança comercial entre Brasil e Angola;

1.3 JUSTIFICATIVA

O principal objetivo deste estudo é analisar por meio de pesquisas bibliográficas, a relação histórica entre Brasil e Angola e suas relações comerciais baseando-se na relação de troca. Para atingir este objetivo será evidenciada a pauta comercial entre estas nações além do cálculo dos produtos envolvidos nesta relação bilateral.

Atingir este objetivo torna-se relevante tendo em vista o momento econômico positivo pelo qual atravessam estes dois países. Então conhecendo bem o que comercializam pode ser um avanço para a continuidade e melhoria desta relação entre estes países irmãos.

Além disto, a relevância deste estudo abrange três partes. A primeira seria o pesquisador, pois mediante a estas informações e pesquisas há um considerável aumento de conhecimento para o mesmo. Outra parte contemplada seria a Universidade (UNESC) que teria em seu acervo de pesquisa um objeto de estudo não muito comum e que pode ser de alguma utilidade já que é uma universidade que possui certa relação com Angola. Por fim, outra parte beneficiada seriam os muitos estudantes angolanos que cursam alguma faculdade na UNESC, pois os mesmo podem neste material encontrar afinidades entre estas duas nações e se ambientalizarem de alguma forma mais rapidamente com o Brasil.

Como citado anteriormente, devido ao bom momento econômico vivido por estes dois países, este estudo torna-se oportuno neste momento para que esta relação de troca que ocorre constantemente entre estas nações se incremente cada vez mais e traga benefícios para ambos.

Por fim, entende-se este estudo como viável tendo em vista que o pesquisador poderá ter acesso a informações necessárias por meio de acervos de comércio exterior publicados na internet, além de revistas especializadas. Outro fator que torna a pesquisa viável é o contato que o pesquisador mantém com angolanos que aqui estudaram e atualmente residem em Angola. Também em virtude do baixo custo inerente na pesquisa, pois a mesma será feita por internet, livros e revistas já pertencentes ao pesquisador e e-mails sem custos aos colaboradores que estão em Angola, ressalta-se mais uma vez a total viabilidade do estudo.

2 COMÉRCIO INTERNACIONAL

A interdependência econômica que existe entre os países tem aumentado incessantemente nos últimos cinquenta anos. O fluxo financeiro internacional cresce em demasia e isto tem resultado em uma melhoria no padrão de vida da população de inúmeras nações. São fatores sociais, tecnológicos e culturais, além da mudança de postura de algumas nações que anteriormente empunhavam algum tipo de restrição as transações internacionais. (SILVA, ALMEIDA e OLIVEIRA, 2008)

Tempos atrás, quando existiam altas barreiras entre as nações, a população e seus governos, era fácil diferenciar as políticas que pautavam o âmbito doméstico das que pautavam o âmbito internacional. No entanto, estas barreiras foram diminuindo e até mesmo eliminadas em algumas situações e assim ficou mais difícil de diferenciá-las. Os efeitos internacionais sobre a economia doméstica e a diminuição da autonomia e em alguns casos até a diminuição da soberania nacional, fruto da maior integração das nações, têm gerado a necessidade de uma maior análise política e econômica não só das relações políticas comerciais como também das política não-comerciais. (SILVA, ALMEIDA, e OLIVEIRA, 2008)

Para Keedi (2008), quanto maior for a parcela de uma nação dentro do comércio internacional, existe maior tendência a seu desenvolvimento e crescimento economicamente falando. Seus processos são altamente

acelerados a medida que estas nações entendam a importância de estarem inseridas dentro dessa movimentação mundial de produtos e serviços.

No decorrer deste capítulo serão analisadas algumas teorias que remetem ao comércio internacional. Com o passar dos anos, interpretações acerca do que diz respeito a comércio internacional foram sendo substituídas por novas teorias como as neoclássicas e heterodoxas. Baseando-se em um estudo bibliográfica por meio de livros e artigos, serão apresentadas estas teorias para entendermos melhor as relações comerciais internacionais.

Após o período pós-mercantilista, onde o crescimento econômico foi intenso, foi que a economia passou a ser interpretada como uma ciência e assim desenvolvidos mais estudos a respeito. Anteriormente os conhecimentos que haviam sobre as relações comerciais internacionais provinham do que chamavam de escola mercantilista. (MAIA, 2004)

Para os seguidores desta escola, o comércio internacional era uma maneira de se obter riqueza. O comércio de minerais preciosos remetia os países a altos índices de crescimento econômico provenientes de saldos positivos na balança comercial do país. Para medir a riqueza de uma determinada nação, utilizava-se da mensuração do estoque de metais preciosos que derivavam ou de uma balança comercial positiva ou de minas no próprio território. (BAUMANN, 2004).

Passado algum tempo, surge a escola clássica, que vem de encontro com o mercantilismo, buscando analisar as diferenças da divisão internacional de trabalho. Muitos pensadores fizeram parte desta escola, e estes incessantemente buscaram novos conceitos para desvincular-se por completo da escola mercantilista. Eis então que os clássicos por meio de uma nova teoria denominada valor-trabalho, chegam a conclusão que os produtos dentro do comércio internacional devem ser trocados baseando-se nas quantidades relativas de trabalho que neles estão inclusos.

Com o intuito de remeter esta discussão até as teorias em vigor no momento, este capítulo foi elaborado em duas seções. A primeira seção conta com um resumo das teorias clássicas do comércio internacional, baseando-se na evolução dos pensamentos de David Ricardo e Adam Smith.

Na segunda seção são abordadas as idéias de Ricardo (1987) e Smith (2003), seguido de tópicos mais atuais da teoria de comércio internacional de acordo com Gongalves (2005) e Krugman (2005). Por fim neste capítulo é abordado a linha de pensamento de Raul Prebisch (1964), que nos auxilia numa maior compreensão do comércio internacional entre duas nações – Brasil e Angola, que fogem um pouco do tradicional centro-periferia.

Para expor seus pensamentos, tanto David Ricardo quanto Adam Smith acreditaram que para conseguir transmiti-los melhor seria necessário fazer isto por meio de teorias e então decidiram criar suas próprias teorias clássicas.

2.1 TEORIAS CLÁSSICAS DE ADAM SMITH E DAVID RICARDO

Oriundo de um modelo que tem o trabalho como meio isolado para geração de riqueza é que nasce a ideia clássica para as relações comerciais internacionais.

De acordo com o nível de tempo de trabalho imposto no processo de produção das mercadorias é que se obtém o seu valor exato para que ocorra o processo de comercialização. (BAUMANN, 2004).

De acordo com Bauman (2004), a visão clássica baseia-se na lógica de que para a economia de duas nações distintas prosseguirem com seus laços comerciais é necessário o ganho mútuo. Este ponto de vista aparece com Smith e a sua teoria sobre valor-trabalho e a Teoria das vantagens absolutas.

A teoria clássica está vinculada aos maiores fundadores das idéias de comércio internacional: David Ricardo com sua teoria das vantagens comparativas e Adam Smith com a das vantagens absolutas.

Ratti (2006) disse que um dos autores pioneiros a formular idéias sobre as relações comerciais internacionais foi Adam Smith em seu livro A Riqueza das Nações no ano de 1776.

Adam Smith pregava que a riqueza dos países tinham origem na divisão das produções que haviam em todos os tipos de ocupações. Dividir as tarefas

maximizava a produção. Em resumo, o que se tinha em mente era de que a produção especializada, motivada pela divisão do trabalho na área internacional e o próprio comércio internacional geravam melhores condições de vida para as populações. Além disso, Smith menciona outro pensamento. A de que o homem tende para a troca. Para Smith, (2003, p. 49)

Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra.

A base do pensamento de Adam Smith é a crítica as idéias mercantilistas que estiverem presentes durante os séculos XVI, XVII e XVIII, período que ocorreu a Revolução Comercial.

Pelo fato de crer que riqueza é o que pode ser comprado com dinheiro e não o acúmulo de metais preciosos, é que o pensamento de Smith ia de encontro com o pensamento mercantilista no que diz respeito às relações comerciais internacionais. De um modo geral, Smith pregava que a riqueza de determinado país não tem relação com a quantidade de moedas possuídas e sim com o crescimento da produtividade de trabalho que provinha da divisão do mesmo. (BAUMANN, 2004).

O modo de vista mercantilista mais nacionalista e protetor sai de cena e surge em seu lugar o liberalismo, liderado por Smith. Ele passou a empunhar a bandeira de um comércio livre baseando-se nas idéias de vantagens absolutas como a maneira de política mais correta para as nações. Para Smith, cada cidade ou nação ao passo que forem abrindo seus portos a todas as outras nações, irão enriquecer com isto e não serem arruinados por um livre comércio como os princípios do sistema comercial induziam. (SMITH, 2003)

Estes pensamentos de Adam Smith, sobretudo no que diz respeito a divisão do trabalho, foi o que originou a teoria das vantagens absolutas. Essa teoria mostra as vantagens da livre troca, analisando que a abertura das fronteiras leva a um grande ganho mútuo entre dois países parceiros e assim,

portanto a economia mundial também sai ganhando já que ocorre um aumento global de riqueza.

Adam Smith (2003) conclui que o comércio internacional só gera vantagens as nações envolvidas nele. Ele crê que as nações devem especializar-se baseando-se nas suas vantagens absolutas, ou seja, cada nação deve procurar especializar-se em produtos os quais tenham mais vantagem absoluta em termos de custo ou produtividade. Sendo assim, Smith faz-se entender de que o melhor é que as nações não produzam de tudo e sim apenas produzir e exportar as mercadorias as quais há uma maior produtividade e buscar importar aquilo que as outras nações fazem melhor. De fato Smith propunha que cada nação devesse focar na produção dos produtos os quais lhe são mais vantajosos, ou seja, produzir aquilo que lhe custe menos que em qualquer outra parte do mundo. Isto pode se dar pelos recursos minerais em abundância dentro do território da nação ou pela qualificação de seus habitantes em produzir determinado produto.

Para Adam Smith (2003) um país pode produzir melhor alguns bens em detrimento de outros. Segue a linha de seu pensamento que ninguém irá se preocupar com a produção de algo que lhe custe mais do que comprando de outro alguém.

Seguindo este pensamento, Smith (2003) enfatiza que agindo desta maneira, todos terão benefícios, pois exportarão o que lhes excede e importarão produtos de países que forem mais vantajosos, causando assim um ganho mútuo. Se os ganhos que uma nação tem sobre a outra são provenientes de uma força natural ou se são adquiridas com esta relação não importa. Se uma nação compra de outra mais forte, também será beneficiada pois poderá ter o que quer a um custo menor do que fabricá-la.

Maia (2004) considera que apesar das contribuições que este modelo trouxe para as relações comerciais internacionais, ele tem ressalvas e entre elas duas devem ser enfatizadas aqui: Primeiro que Adam Smith acreditava que o preço das mercadorias era fixado pela quantidade de horas trabalhadas para a fabricação da mesma, quando de fato o preço provem além do trabalho, da suas matérias-primas e know-how. Ele também não levou em consideração

que um país teria a possibilidade de ser mais forte em dois produtos o que deixa a dúvida de qual então seria o destino da outra nação. Baseando-se nesta falha da teoria de Smith é que David Ricardo então vem com a teoria da vantagem comparativa.

David Ricardo (1772 – 1823) foi um economista inglês que se envolveu na sua época em uma situação delicada sobre a Inglaterra. A grande dúvida era se seria vantajoso para a Inglaterra a prática do livre cambio que consistia num livre comércio internacional sem impostos e deixando de lado os entraves administrativos. (BAUMANN, 2004).

Ele foi o pioneiro entre os economistas a passar a idéia de que a livre relação comercial entre as nações poderia beneficiar todas as nações de que desta relação participasse. Embora em alguns casos um país pudesse confeccionar todos seus produtos melhor do que outro país, este não necessita ter uma vantagem absoluta na produção de certa mercadoria, pois duas nações podem sem problemas terem vantagens com essas relações se cada qual tiver sua vantagem comparativa na fabricação de qualquer mercadoria. (BAUMANN, 2004).

A principal obra escrita pelo economista David Ricardo foi “Princípios da Economia Política e da Tributação” no ano de 1817. Esta obra teve como mais importante contribuição para a economia a teoria da distribuição do excedente entre todas as classes sociais. Esta obra também trouxe outras contribuições importantes tais como a teoria do valor e a teoria da repartição. (BAUMANN, 2004).

Quando começa a descrever sobre as relações comerciais internacionais, David Ricardo começa criticando a teoria das vantagens absolutas criada por Adam Smith, que considerava que tais relações eram determinadas por divergências absolutas na produtividade do trabalho causando assim diferenças nos custos e preços absolutos. Criou então sua teoria das vantagens comparativas para o comércio internacional divergindo das idéias de Adam Smith com sua teoria de vantagens absolutas.

Para Baumann (2004), David Ricardo procurava afirmar e mostrar que o comércio internacional pode propiciar ganhos até mesmo em casos que certo país possa produzir certo produto com um custo mais baixo que o país o qual está realizando a comercialização. Mas isto só se torna possível se em termos relativos a produtividade de cada um se diferir relativamente da do outro.

Desta forma, independentemente de qual seja a razão, ao conduzir a especialização e a divisão internacional do trabalho, as relações comerciais internacionais passam a dar uma maior eficiência com a forma que os recursos disponíveis em cada nação são aplicados nelas próprias. Este aumento de eficiência acaba por gerar vantagens comparativas além de um aumento na produção e na renda das nações envolvidas nestas relações. (MAIA, 2004)

Sendo assim, os países irão procurar exportar os produtos produzidos mais facilmente com trabalho interno de uma maneira mais eficiente e optarão por importar o que tem deficiência na produção interna. Então o padrão de produção de uma nação seria determinado pelas vantagens comparativas.

David Ricardo procurou aperfeiçoar a idéia de Smith quanto a custos absolutos. Partindo da sua teoria de custos relativos para mostrar seu teorema das relações comerciais internacionais. Para David Ricardo, o valor de um produto é proporcional a quantidade relativa de trabalho imposto para sua produção e não proporcional a remuneração paga para tal trabalho.

Este modelo novamente remete a entender que num livre comércio as duas nações podem ganhar mesmo que uma seja melhor na confecção de todos os produtos em relação à outra. (SMITH, 2003)

Segundo Baumann (2004), o inglês David Ricardo (1917) tinha a crença de que a Lei das vantagens comparativas consistia no fato de que cada nação deveria buscar a especialização naquilo em que teria maiores vantagens, ou seja, que os custos para tais produções fossem inferiores a os de seus parceiros. No mundo em que vivemos, cada país tem diferenças comparados a outros. Diferenças tais como clima, vegetação, solos e até diferenças não naturais como poder tecnológico. Portanto sua ideia era de que cada nação buscasse a produção daquilo que lhe fosse mais conveniente de acordo com

sua situação. Sendo assim quem leva mais vantagem nestas relações comerciais são os países importadores, pois podem obter de tudo que é produzido no mundo inteiro por um custo relativamente baixo. Ele também pregava que o Estado não deveria intervir nas relações internacionais deixando a moeda fluir livremente com o intuito de assegurar a estabilidade dos preços em cada nação.

Num primeiro momento esta teoria foi aceita e incorporada por todos os países. Foi onde então os países em desenvolvimento passaram a contentar-se em produzir mercadorias de baixo valor agregado já que não dispunham de tecnologia avançada e os países desenvolvidos produziam os produtos de maior valor agregado com suas tecnologias. Isto obviamente acarretou um atraso da industrialização nos países mais pobres. Eis então que economistas destes locais prejudicados começaram a se opor a esta teoria, com maior destaque a Prebisch.

Com as teorias clássicas tornando-se um pouco obsoletas, o Comércio Internacional passou a adotar novos meios de pensamentos como veremos a seguir com a Teoria Neoclássica.

2.2 UMA NOVA TEORIA PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL: A TEORIA NEOCLÁSSICA

As teorias clássicas utilizadas durante muito tempo precisaram ser reformuladas, pois não levavam em consideração alguns outros fatores da produção como: matéria- prima, capital (investimentos em equipamentos, know-how), eles apenas levam em conta o trabalho (mão de obra) (MAIA, 2004).

Na teoria, para ocorrer as trocas comerciais entre países faz-se necessário que um país seja superior na produção de um produto em relação ao outro, ou ainda que um dos países tenha superioridade na produção dos dois produtos.

A teoria clássica tem o trabalho exclusivamente no que diz respeito a produção. Isto deixa entendido que a vantagem comparativa era resultado

unicamente das diferenças internacionais quando se trata da produtividade do trabalho. Todavia, na esfera real, o comércio das nações pode ser entendido não só por diferenças de produtividades, mas também por outras diferenças que podem tanto ser naturais ou construídas, que um país dispõe (Krugman, 2005).

Krugman e Obstfeld (2005) apresentam algumas críticas à especialização extrema da economia, característica das economias analisadas no modelo clássico: Levando em consideração que não haja apenas um fator de produção, a tendência à especialização sofre redução, o protecionismo industrial cresce e devido o custo de transporte internacional ser tão alto, isso acaba por levar autossuficiência a outros setores.

Gonçalves (2005), apresenta que um século depois de David Ricardo (1817) sugerir a teoria das vantagens comparativas, o economista sueco Eli Heckscher (1919) lançou sua obra que abordava o comércio internacional derivando de uma ideologia neoclássica que associava os preços dos agentes de produção com os do comércio internacional.

Nessa obra, Heckscher acrescentou em sua análise fatores básicos de produção tais como trabalho, terra e capital, desta forma incrementando assim a idéia central de Ricardo conhecida como modelo ricardiano.

Para Heckscher (1919) a equalização dos preços relativos dos fatores de produção era uma saída inteligente para assegurar a relação entre o comércio internacional e a distribuição de renda. Mais contribuições seguidoras da linha neoclássica vieram para assegurar esta idéia com o passar do tempo.

Entre os que contribuíram para isso, destaca-se Bertil Ohlin, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1977 e Paul Samuelson. Este último desenvolveu tal teoria fazendo o uso de fórmulas matemáticas para testar a hipótese de equalização dos preços relativos dos fatores. Tal junção de teorias deste modelo neoclássico nas relações comerciais internacionais passou a ser conhecido até hoje como teoria Heckscher-Ohlin-Samuelson (H-O-S).

A teoria H-O-S apresenta que certa nação obterá vantagens comparativas e também poderá exportar bens onde a fabricação faz uso de quantidades relativamente elevadas de seus fatores de produção mais abundantes. Sendo assim, os países privilegiados em trabalho farão a exportação de produtos que necessitam intensamente deste fator de produção.

O que define as vantagens comparativas é a escassez relativa de fatores de produção, o que remete nações mais desenvolvidas economicamente a exportar produtos intensivos em capital. Ou seja, as relações de troca internacionais serão vistas como trocas de fatores em excesso por fatores que estão em falta e acrescida à divisão de trabalho. Esta idéia concretiza uma equalização dos preços dos fatores de produção em um nível mundial. (GONÇALVES, 2005)

Esta teoria também evidencia a inter-relação entre as proporções em que fatores de produção distintos são cabíveis em diferentes nações e também nas proporções em que eles são necessários no processo produtivo de diferentes produtos. De acordo com Hecksher, no início de sua obra ele esclarece que a quantidade de fatores de produção é ilimitado já que fator produtivo não tem conexão apenas a grandes glebas de terra ou capital de trabalho mas sim as diversas qualidades encontradas em cada uma destas. (GONÇALVES, 2005).

Para Baumann (2004), a teoria moderna vem de encontro a teoria clássica que sugeria que o mercado autorregulava a economia. O pensamento de que o mercado seria capaz de fazer que o desenvolvimento econômico encontrado nas nações economicamente mais fortes se difundiria para as mais fracas torna-se obsoleto. Então resta para estas nações promover a industrialização como maneira de alavancar seu próprio desenvolvimento. Assim percebe-se que as importações passam a ser nem sempre tão vantajosas e que ocorre uma deterioração dos termos de troca. Estas afirmações são a base do pensamento do economista argentino Raúl Prebisch (1901 – 1986).

Prebisch apresentava em muitos de seus textos a preocupação das relações internacionais com o balanço de pagamento, mais precisamente o desequilíbrio deste balanço devido ao baixo coeficiente de importação. Sendo assim, ele defendia em suas teorias a substituição de importações e a criação de um mercado comum latino-americano.

Tendo em vista um forte desequilíbrio comparado com as nações mais fortes, Raúl Prebisch passou a defender com afinco a industrialização da América Latina. Porém essa industrialização tinha alguns limites: a baixa escala de produção e poucos recursos internos para investimentos. Outra

maneira encontrada pelo economista para fazer frente a este desequilíbrio do balanço de pagamentos era desestimular as importações por meio do controle de câmbio. Prebisch também criticava a quantidade de bens supérfluos importados pelas classes altas, o que gerava um descompasso no equilíbrio externo. Ele defendia que as teorias tanto clássicas quanto as neoclássicas que eram a base das políticas de comércio internacional entre as nações desenvolvidas e as nações em desenvolvimento acarretavam num aumento da diferença entre essas nações. (PREBISCH, 1949)

Para o economista o mais correto para o momento era uma política protecionista com grande intervenção do estado no que diz respeito a investimentos para uma moderna industrialização, políticas comerciais e barreiras alfandegárias.

No ano de 1959, Prebisch por meio de um texto defende a criação de um mercado comum latino-americano que teria como principal missão a industrialização racional dos países na América Latina. Com a criação deste mercado, a industrialização iria contar com maiores mercados e ganhos de escala o que diminuiria a vulnerabilidade externa.

Prebisch inclusive foi um dos principais contribuintes para que hoje possamos entender claramente o que significa Relação de Troca, um dos principais temas deste trabalho e que será abordado a seguir.

2.3 RELAÇÃO DE TROCA

A relação de troca define-se pelo índice dos preços de exportação e o índice dos preços de importação, isso mensura o poder aquisitivo de um determinado país em suas relações comerciais internacionais. Quando ocorre uma ascensão no preço das exportações em relação com o das importações podemos afirmar que acontece uma melhora nas relações de troca. Ocorrendo o oposto, estamos diante de um cenário de deterioração desta relação (SANDRONI, 1994).

Pelo raciocínio de Sandroni, busca-se calcular a evolução desta relação proporcionando o número 100 para a relação entre os preços de exportação e

importação de determinado ano denominado ano-base. Segue como exemplo uma tabela com os anos de 1929 até 1939 nos Estados Unidos:

Tabela 1 - Exemplo de relação de troca

DATAS	ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES	ÍNDICE DE PREÇOS DAS IMPORTAÇÕES	ÍNDICE DA RELAÇÃO DE TROCA
1929	100	100	1
1930	71	107	0,66
1931	74	118	0,62
1932	71	105	0,67
1933	63	109	0,57
1934	71	116	0,61
1935	85	179	0,47
1936	85	191	0,44
1937	88	200	0,44
1938	75	216	0,34
1939	77	208	0,37

Fonte: Novo dicionário de economia

Ainda segundo Sandroni, devido a crise mundial de 1929, os índices de exportação do país caíram muito sendo ultrapassado pelo de importação, percebe-se assim uma deterioração da relação de troca. No período de 1935-1939 com a crise ainda muito forte e os índices de exportação despencando em relação aos de importação temos um cenário de uma mais intensa deterioração nesta relação.

A relação de troca deu-se início há muito tempo atrás juntamente com as relações de comércio internacional, mas o conceito relação de troca propriamente dito surgiu em meados do século XVIII com o então denominado comércio centro X periferia onde era grande a comercialização entre as colônias e suas respectivas metrópoles (Prebisch, 1959).

De acordo com Prebisch (1959), as colônias exportavam mercadorias de pouco valor agregado, os conhecidos commodities enquanto recebiam de sua metrópole produtos geralmente mais industrializados, certamente com maior

valor agregado. Isto se dava pela idéia da época de que era mais fácil investir unicamente na produção de produtos que lhes fossem mais viáveis de produzir, sendo assim as colônias com pouca tecnologia empenhavam-se na produção e exportação destes produtos de menor valor agregado enquanto as metrópoles com maior tecnologia faziam o inverso causando assim um inevitável desequilíbrio na balança comercial entre centro (metrópoles) X periferia (colônias).

Com o passar do tempo e percebendo que esta linha de pensamento poderia causar certa rebelião por parte das colônias, o economista inglês David Ricardo tratou de tentar acalmar os ânimos afirmando que o caminho seguido até então era o correto. Primeiro justificava que a tendência era que os preços dos produtos coloniais tenderiam a subir em relação aos produtos industrializados, pois esses devido a tecnologia eram mais fáceis de serem produzidos e necessitavam de menos mão de obra, enquanto os produtos da colônia geralmente minerais, eram de difícil extração ou produção, necessitavam de mais mão de obra, além de não serem renováveis. David Ricardo então criou a teoria das vantagens comparativas o qual servia para reafirmar a tese de que cada país deveria continuar a produzir o que tivesse mais aptidão, mesmo que também pudesse produzir o que importava. Para exemplificar sua teoria ele fez o exemplo da famosa analogia do vinho e tecido tendo como centro da discussão Portugal e Inglaterra. (GEOMUNDO, 2004).

Para David Ricardo, Portugal em termos absolutos era mais produtivo que a Inglaterra tanto em vinho quanto em tecido, porém em termos relativos o custo da produção de tecidos em Portugal era maior que o da produção de vinho. Enquanto na Inglaterra o custo da produção de vinho era maior do que da de tecido. Sendo assim, comparativamente Portugal tem vantagem relativa na produção de vinho, e a Inglaterra na de tecido. Segundo Ricardo, os dois países obterão benefícios ao especializarem-se na produção da mercadoria em que possuem vantagem comparativa, exportando-a, e importando o outro bem. Não importa, aqui, o fato de que um país possa ter vantagem absoluta em ambas às linhas de produção, como é o caso de Portugal, no exemplo acima (GEOMUNDO, 2004).

O fundamento de David Ricardo sobre o comércio internacional inicia com a crítica do princípio das vantagens absolutas de Adam Smith, para quem o

comércio internacional seria determinado por diferenças absolutas na produtividade do trabalho e, portanto, diferenças nos custos e preços absolutos. Diferente da idéia de custos absolutos de Smith, ele partiu para o conceito de custos relativos para apresentar seu teorema de comércio internacional.

Segundo Baumann et. al (2004), ele procura demonstrar que o comércio internacional será vantajoso até mesmo nos casos em que uma nação possa produzir internamente a custos mais baixos do que a nação parceira, desde que, em termos relativos, as produtividades de cada uma fossem relativamente diferentes.

A implicação do modelo Ricardiano é que o país se especializa na produção do bem no qual tem vantagem comparativa e exporta esse bem. Isso quer dizer que mesmo que o país tenha vantagem absoluta (preços absolutos menores) em todos os produtos (visão de Smith), vale a pena participar do comércio internacional. De fato, o país deve se especializar naqueles produtos em que tenha vantagem comparativa e trocá-los pelos produtos no quais tenha desvantagem comparativa (mesmo que nesses produtos os seus preços absolutos sejam menores) (BAUMANN ET al, 2004, p. 99-100).

Porém algum tempo depois esta teoria foi criticada e considerada errônea pelo também economista Raúl Prebisch. Raul empenhou-se em provar que a deterioração da relação de troca entre periferia e centro vinha da teoria ricardiana.

Para Prebisch (1949), a falha dessa premissa consistia em apontar um caráter geral. Se coletividade é entendida pelo conjunto das grandes nações industrializadas, então é fato que o resultado do progresso técnico distribui-se de maneira gradativa por todos os grupos e classes sociais. Porém se este conceito de coletividade for também estendido à periferia da economia mundial, isto passaria a ser um grande erro. Isto porque os benefícios do desenvolvimento da produtividade não conseguiriam alcançar a periferia da mesma forma que alcançaria a população dos grandes países. Daí advém as grandes diferenças no padrão de vida das massas destes e daqueles países.

Desenvolvendo a sua teoria Prebisch (1959) acreditava que o desenvolvimento em bloco seria mais fortificado e vantajoso, pois as restrições de importação deviam ser alargadas para países do primeiro bloco e atenuadas

para os países da região, ele defendia a criação de uma zona comercial livre entre estes países.

Segundo Prebisch (1959), existem vantagens quando se importa de quem compra, política que era impossibilitada pelos países do primeiro mundo, uma vez que não aceitavam o pagamento das dívidas dos países pobres com exportações de produtos especializados (agrícolas, matérias primas, entre outros), mas somente com dinheiro.

Em função das teorias abordadas ficou bem claro que, em princípio, é vantajoso para os países fazerem comércio internacional uma vez que aumenta as rendas e o bem-estar das economias dos que o praticam. Todavia, as trocas comerciais não podem se dar numa relação baseada apenas na especialização. Por fim, que a industrialização interna precisa ser estimulada, isto para que ocorra um equilíbrio na balança comercial do país.

A teoria da balança comercial esta entrelaçada com a história de estratégias econômicas desenvolvidas por pensadores durante os séculos XVII e XV, período que foi caracterizado por Idade Moderna. Nesta época o governo atuava de forma contundente na economia com o objetivo de o estado estar no controle do máximo que pudesse de riqueza. Estas medidas que tinham como meta o enriquecimento do estado focava bastante o mercado externo, onde este servia como uma espécie de válvula de escape para a saturação que havia de mercadorias produzidas num ambiente de mercado interno. (OLIVEIRA E LIMA, 2010).

Dentro do mercantilismo, havia a corrente do colbertismo, que é a grande alavanca da balança comercial. Esta corrente pregava que o valor arrecadado com materiais vendidos deveria ser maior que o valor gasto com materiais comprados. Isto fez com que o conceito de balança comercial fosse inserido pela primeira vez no contexto econômico mundial. A partir de então ocorreu também uma maior participação do governo dentro da economia de seu respectivo território com o intuito de aumentar a produção para exportar mais e conseqüentemente ter um saldo positivo em sua balança comercial. (SILVA, ALMEIDA, e OLIVEIRA, 2008).

Nos dias atuais algumas estratégias desta época ainda são muito utilizadas por vários países que visam manter positiva suas balanças

comerciais. São elas o protecionismo a empresas nacionais e uma política de tarifas alfandegárias. (OLIVEIRA E LIMA, 2010)

Quadro 1 – Balança Comercial do Brasil em milhões de dólares: 2008 a 2012

BRASIL	2008	2009	2010	2011	2012
Exportação	197.942	152.995	201.915	256.040	242.580
Importação	173.197	127.647	181.649	226.243	223.149
Saldo	24.745	25.348	20.267	29.797	19.431

Fonte: Elaboração própria, com dados do MDIC.

Esta tabela mostra a evolução da balança comercial brasileira do período compreendido entre os anos de 2008 e 2012. Este período mostra que o Brasil na medida que aumenta suas exportações, também tem aumentando paralelamente suas importações, e quando há uma diminuição das exportações, as importações também descem, mantendo assim o saldo da balança comercial num mesmo patamar. Neste período analisado, o ano de 2011 onde o país exportou 256.040 milhões de dólares e importou 226.243 milhões de dólares foi o melhor para a balança comercial do país que fechou com um superávit de 20.267 milhões de dólares.

Quadro 2 – Balança Comercial de Angola em milhões de dólares: 2008 a 2012

ANGOLA	2008	2009	2010	2011	2012
Exportação	63.910	40.640	52.630	66.430	68.450
Importação	20.980	23.640	18.140	20.800	22.630
Saldo	42.930	17.000	34.490	45.630	45.820

Fonte: Elaboração própria, com dados do Angola Private Sector Country Profile.

Analisando por esta tabela o saldo comercial de Angola nos anos de 2008 a 2012, percebemos que o país tem se mantido constante em relação a sua balança comercial com exceção do ano de 2009 onde o país não exportou muito e, portanto ficou com seu saldo em 17.000 milhões de dólares. Nos demais anos, Angola tem sempre superado a barreira dos 30.000 milhões de

dólares de superávit com destaques para os anos de 2011 e 2012 onde o país superou a linha dos 45.000 milhões de dólares em superávit.

2.4 ANGOLA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Angola é assim chamada porque há muitos séculos atrás um de seus reis era chamado Ngola e a partir dele houve uma sucessão de reis que mantiveram no país a dinastia Ngola. (SEATTONE, 2008)

A habitação desta nação já é conhecida desde os tempos pré-históricos, isto é sabido depois que foram encontrados muitos vestígios em algumas regiões dentro do território do país. Milhares de anos após este período foi que Angola passou a receber povos mais evoluídos como os khoisan que eram um povo de baixa estatura, porém muito hábil para a caça. (CHAVES, 2010)

Após muitos anos, já em 1575 é que ocorreu a formação da primeira colônia portuguesa comandada por Paulo Dias de Novais, o primeiro governador português em Angola. Dois séculos se passaram sobre o domínio português quando em meados do ano de 1700 esta sociedade que estava em Angola trocou o regime escravista por um mais ciente de que necessitava produzir pelo menos o consumo interno. Um século adiante aboliu-se de vez a escravidão no país. Angola passou a ser um país preocupado em governar com organização e uma administração colonial. (CHAVES, 2010)

De acordo com Chaves (2010), somente na segunda metade do século XX, a nação conheceu os primeiros movimentos nacionalistas que visavam a independência. Os principais movimentos eram a MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), a FNLA (Frente Nacional para a libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência de Angola). Depois de muita luta, em 1974 Angola consegue sua independência. A partir deste momento instaura-se em Angola um longo período de guerra civil só cessou em 2002. Desde 1992 a MPLA é o partido do presidente da república.

Angola possui cerca de 20 milhões de habitantes e Luanda, sua capital é habitada por aproximadamente 5 milhões de pessoas (EIU 2013). A moeda de Angola chama-se Kwanza de Angola (AOA), onde 1 real equivale a 47,61 kwanza (UOL 2013).

Os recursos minerais no país são abundantes onde estima-se que existam 35 dos 45 minerais mais valiosos do planeta. Destes, destacam-se o gás natural, ouro, diamante e principalmente o petróleo. O petróleo é um produto altamente valioso e muito presente no subsolo angolano. No ano de 1966 muitas jazidas enormes de petróleo foram descobertas na província de Cabinda e em um segundo momento as descobertas de mais jazidas de petróleo de alastraram da costa de Cabinda até a costa de Luanda, fazendo assim Angola uma importante nação produtora de petróleo. (PORTAL ANGOLA, 2013)

A seguir será abordado um pouco sobre os principais produtos angolanos.

O Petróleo, diamantes e a pesca industrial e artesanal:

a) Petróleo;

O petróleo detém a maior participação na produção doméstica e utiliza tecnologia de última geração. Juntamente com o diamante, o petróleo representa 80% das exportações da nação. Entre os principais destinos do petróleo angolano, destacam-se a China (35%), Estados Unidos (26%), França (9%) e Brasil (6%). (EIU 2013)

O Banco Nacional de Angola acreditam que as perspectivas para o valor do petróleo bruto de Angola tiveram uma grande melhora devido ao aumento na procura mundial por este produto.

Muitos acreditam que o fator responsável por impulsionar as atividades petrolíferas da nação foi a criação por parte do governo de um ambiente bastante aberto a investimentos e também propício a concorrência entre as empresas do ramo. (SEATTONE, 2008)

b) Diamantes

Estudos realizados pelo geólogo Manuel Watangua, diretor de pesquisa e produção da Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), projetam que Angola logo poderá tornar-se líder na produção mundial de diamantes. 85% dos diamantes em Angola são do modelo jóia, o mais valioso. No território angolano existem centenas de minas de diamantes espalhadas, entretanto a

única em funcionamento é a de Catoca, considerada a quarta maior mina do mundo. (EIU 2013)

De acordo com o Informativo Anual de Angola (2013), a produção de diamantes em Angola que hoje é a quarta na escala mundial, é responsável por extrair os maiores diamantes do planeta. Esta extração do produto detém hoje a marca de segundo produto mais importante para o PIB (Produto Interno Bruto) angolano, ficando atrás apenas do petróleo. Suas receitas anuais estão na faixa de 600 milhões de dólares. (EIU 2013)

c) Pesca Industrial e Artesanal

Esta é uma atividade que vem crescendo de forma abundante em Angola e hoje representa 35% da produção total do país. As pescas alcançam 100 mil toneladas por mês e 50 mil pessoas trabalham nesta atividade. (O PAIS, 2013)

Angola é um país que consome muitos produtos oriundos da pesca, portanto tem um forte mercado para suprir além das necessidades externas, também as internas. (O PAIS, 2013)

De acordo com o EIU (2013), a parte mais significativa da pesca industrial e artesanal provém da província de Namibe. Porém este setor também tem pontos negativos. Entre eles destacam-se a falta de investimento, o fato de os equipamentos e as embarcações serem obsoletos. Outro fator é que o mercado deste produto é instável, resultado do fraco poder de compra da população.

2.4.1 Das intermediações portuguesas a uma relação direta entre Brasil e Angola.

A relação existente entre Brasil e Angola advém do século XVI quando as duas nações ainda faziam parte do império de Portugal. Usando a rota do oceano Atlântico para buscar especiarias em outros continentes os portugueses acabaram por unir uma história entre Brasil e o país africano. (CUNHA, 2002).

Porém o que resultou em uma maior cumplicidade entre estes dois países num contexto recente foi o fato de o Brasil ter sido a primeira nação a reconhecer a independência angolana. Além disso, outro vínculo forte entre as nações é que grande parte da população brasileira tem sua origem na África. Isto se deu devido à escravidão. Angola inclusive é intitulada mão negra do Brasil por ter tido enorme participação no processo de formação do nosso povo.

Para começarmos a falar sobre as relações econômicas entre estes dois países precisamos considerar as diferenças entre eles. Enquanto o Brasil figura há muito tempo entre os dez maiores parques industriais do planeta, Angola não esta inserida nem entre os cem.

Esta relação que no começo tinha Portugal como intermediário consistia na importação de ouro em pó, marfim, óleo de amendoim, azeite de dendê e principalmente mão de obra escrava enquanto o Brasil exportava produtos nativos como açúcar, tabaco entre outros e reexportava algumas mercadorias que trazia da Ásia e Europa tais como vinho e tecidos. (NOGUEIRA, 2008). E nestas transações, um ponto negativo era que muitos navios carregados de produtos europeus aportavam em Angola e traziam em seus porões inúmeros negros africanos para serem utilizados como escravos no Brasil, criando-se assim um triângulo denominado Europa-África-América. (NOGUEIRA, 2008). Cunha (2002) salienta que nem só de trocas comerciais eram compostas as relações destas duas nações. Havia uma clara cumplicidade entre elas nos âmbitos militares e também nas áreas de educação e saúde.

Com a vinda da família real portuguesa no ano de 1808 para o Brasil, as relações entre Brasil e Angola passaram a ser mais diretas. Santos (1979) afirma que o Brasil buscava com estas relações o mantimento de Portugal dentro de Angola, abastecendo os colonos locais e assim controlando o maior centro abastecedor de mão de obra escrava para o Brasil. Para Portugal se manter em Angola era extremamente necessário pelo fato de não ter alcançado como outros países europeus um salto econômico. Por isso continuava a buscar riquezas por meio da exploração de suas colônias. De acordo com Menezes (2005) um dos fatores que impediram o desenvolvimento de Portugal foi sem dúvidas a quantidade de gastos considerados supérfluos e desnecessários para manter uma corte inútil e sem produção alguma.

No ano de 1822 com a independência brasileira alguns reflexos puderam ser vistos em Angola. Principal no que dizia respeito a relação triangular entre Brasil, Portugal e Angola. Dentro de Angola, motivados pela independência brasileira, surgiram muitos grupos que defendiam a idéia de independência também em Angola e uma união com o Brasil. (CUNHA, 2002).

De qualquer forma, com a independência do Brasil as relações entre estas nações tiveram seus laços fortalecidos principalmente pelo forte apoio do Brasil aos movimentos separatistas em Luanda e Benguela contra a Coroa Portuguesa chegando a inclusive propor anexar Angola ao território brasileiro. (BITTENCOURT, 2003). O que de fato foi ocultado era o interesse de negociantes de ambos os lados em fortalecer esta união para manter a continuidade do tráfico negreiro para o Brasil.

Percebendo que isto poderia ser um golpe do Brasil com o intuito de “roubar” Angola para si, Portugal no ano de 1936 assinou um documento com a Inglaterra onde se comprometia a por fim no tráfico de escravos. Isto porque a Inglaterra era uma superpotência na época e também era contra a escravidão. A Inglaterra pediu que o Brasil assim também fizesse, porem não obteve sucesso. (CUNHA, 2002).

Para garantir seus interesses comerciais dentro do Brasil e em Angola, Cunha (2002) afirma que a Inglaterra estimulava o fim da escravidão para então romper esta ligação entre o país sul americano e o africano evitando também assim uma possível formação de um império sul-atlântico que teria o Brasil como dominante. Desta forma a Inglaterra para ajudar no reconhecimento internacional da independência brasileira impôs algumas restrições tais como o fim do tráfico de escravos.

No fim do século XIX, iniciou-se um processo de declínio do tráfico de escravos devido ao inicio da cultura da produção de café e da vinda de mão de obra imigrante para o país. Isto causou por mais de um século uma suspensão nas relações entre Brasil e Angola.

Para Cunha (2002), outro motivo que levou a este afastamento foi a inserção de Angola no circuito capitalista após a conferencia de Berlin em 1885. Após esta conferencia a nação africana deixou de lado a exportação de escravos e aderiu a exportação de minerais e matérias-primas agrícolas, passando então de nação amiga do Brasil para nação concorrente.

Por muito tempo então, até a década de 50, o Brasil optou por manter relações com os países europeus que detinham colônias na África, evitando fazer comércio com as colônias e com os países que haviam recém conquistado sua independência. Porém, com o fim da segunda guerra mundial Brasil e Angola reestabelecem relações. (BITTENCOURT, 2003).

O motivo de tanto tempo sem relações entre estas duas nações não pode ser remetido somente ao fato de dois países terem sido concorrentes neste período. Outros fatores também motivaram isto, como a força que Portugal possuía sobre Angola e que impedia o acesso brasileiro ao mercado angolano que era dominado pelos países europeus.

Para Portugal evitar que o Brasil tivesse fortes laços com Angola era de extrema importância já que temia que o país africano se espelhasse no sul americano e buscasse sua independência. Financeiramente isto acarretaria em grandes prejuízos a Portugal, já que era uma nação subdesenvolvida e muito dependente de suas colônias africanas. (CUNHA, 2002).

Durante muito tempo a política externa do Brasil sempre se manteve bastante uniforme dando uma guinada em direção a África apenas no governo do general Geisel. (BITTENCOURT, 2003). Esta virada para África trouxe a tona duas vertentes em relação a política externa brasileira. Uma delas acreditava que a melhor estratégia era buscar parceria com as nações desenvolvidas enquanto a outra acreditava que o melhor caminho era investir em relações com os países em desenvolvimento. E visando uma estratégia de tornar o Brasil uma espécie de país-ponte com os países em desenvolvimento que a corrente que buscava estas relações foi hegemônica dentro dos últimos governos militares. (BITTENCOURT, 2003).

2.4.2 A relação entre Brasil e Angola do segundo governo de Getúlio Vargas até a independência de Angola.

A relação dessas duas nações, Brasil e Angola, de acordo com Bittencourt (2003), começou a se fortalecer a partir de 1947 quando grupos clandestinos angolanos que lutava pela independência passaram a ir para a Europa e também para o Brasil a fim de buscar formação. Obtiveram alguns

contatos tão fortes com grupos brasileiros que os estatutos de partidos comunistas em Angola passaram a semelhar-se muito com os de partidos brasileiros de mesma ideologia.

A partir do segundo governo de Getulio Vargas, entre 1951 e 1954, ocorreu uma mudança da política externa do Brasil para a África. Neste período foi assinado com Portugal um tratado de amizade o qual ligava estes dois países no cenário internacional. Desde então começa uma incerteza da política brasileira para com os países colônia de Portugal situados na África. (BITTENCOURT, 2003).

Passado algum tempo, já no governo de Jânio Quadros (1961), cria-se o departamento da África no Itamaraty, o que significava um passo importante para a volta da boa relação do Brasil com o continente africano. Portanto mesmo com as políticas anticolonialistas em alta na ONU e o Brasil sempre adepto ao discurso contra o colonialismo, o país optava por não votar quando interesses de Portugal estavam em pauta, isto devido ao acordo da amizade que haviam assinado alguns anos antes. (Melo, 2007)

De acordo com Melo (2007), o governo de Janio Quadros sempre foi um incentivador das políticas africanas em solo brasileiro, embora isso não tenha apagado muitas evidencias coloniais em nosso país. E novamente, mesmo condenando o colonialismo, o Brasil insistia em abster-se quando os assuntos também interessavam a Portugal.

Um pouco mais tarde, já quando João Goulart era o presidente, foram registrados alguns avanços tais como a votação a favor de fazer-se cumprir a Resolução 1742, da ONU e também uma mensagem do presidente ao Congresso Nacional na época, dizendo reconhecer a independência de todos os povos coloniais. (MELO, 2007).

No ano de 1963 a relação entre Brasil e Angola se estreita bastante com a viagem de uma delegação com treze deputados de São Paulo para o país africano. Percebendo esta aproximação, o MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola) procura no Brasil uma ajuda para uma Angola independente. Então é criado aqui no Brasil o movimento Afro-Brasileiro de libertação de Angola (Mabla). Este movimento recebeu um forte apoio dos membros do movimento negro no Brasil e também de muitos acadêmicos da época. (CUNHA, 2002).

Para Bittencourt (2003), com o passar de algum tempo este movimento tornou-se tão forte que passou a ser auxiliado por políticos influentes na época como o então deputado Leonel Brizola e Osvaldo Pacheco da Silva. Tudo parecia destinado ao sucesso se não fosse o golpe militar que veio em seguida, no ano de 1964. Isto porque os principais articuladores do movimento pró libertação de Angola acabaram presos pelo regime de seção, mais conhecido como ditadura militar. Dos que não foram presos, a muitos restou como única opção o exílio e aos angolanos do movimento a volta para Angola.

Muitos militares então passaram pelo poder no Brasil, e foi só então no governo do general Geisel é que ocorreu o reconhecimento da independência angolana. Até tal decisão, a política para a solução da questão angolana representou um retrocesso que contou, inclusive, com a inquisição policial a estudantes e refugiados angolanos no Brasil. Aconteceu então a prisão de José Lima de Azevedo acusado de intensificar a campanha em favor da independência de Angola e de buscar apoio da sociedade civil brasileira para o fortalecimento internacional do MPLA. (SARAIVA, 1996)

Em meio a esta política, Bittencourt (2003) afirma que no ano de 1970 o governo do Brasil tenta junto a Portugal negociar com os movimentos separatistas uma maneira de concretizar a independência das colônias. Isso ocorreu em um momento que a política externa do Brasil estava fortalecida, pois o Brasil visava aliado a um projeto nacionalista de desenvolvimento, novos parceiros no mercado internacional, com uma grande atenção ao petróleo africano, o que acarreta tratativas de aproximação com tal continente mais uma vez.

Não tendo de Portugal uma resposta positiva, o Brasil mais uma vez mostrando-se aliado ao país colônia votou na ONU no ano de 1972 contra a resolução que declarava movimentos de libertação em Angola, Guiné Bissau e Moçambique, movimentos autênticos que representavam seus povos. E no ano seguinte deu voto contrário a independência de Guiné-Bissau. (BITTENCOURT, 2003).

Tal opção do governo brasileiro culminou em sérios problemas com países africanos e também árabes. Estas nações ameaçaram uma possível retaliação ao Brasil incluindo o país em uma possível lista de países que

sofreriam sanções econômicas e diplomáticas, caso o apoio brasileiro aos países colônias prosseguisse.

Sentindo que essa situação poderia remeter o Brasil a grandes prejuízos financeiros, o governo brasileiro decide apertar o discurso junto a Portugal, ameaçando inclusive votar contra Portugal na ONU, caso este persistisse em continuar sendo favorável a continuação de colônias no continente africano.

Bittencourt (2003), afirma que temendo perder o apoio de muitos países que vinham de encontro a sua posição colonialista, no ano de 1973, Portugal decreta que Angola passa a ser um estado semi-autônomo. Neste período as relações comerciais entre Brasil e Angola intensificaram-se a ponto de as exportações que antes eram nulas, atingirem quase a marca dos 3% do total de produtos exportados a África. Por sua vez a importação de produtos angolanos ficou na casa dos 2% do total de todos os produtos importados do continente africano.

No ano de 1974, mais precisamente no dia 25 de abril, acontece o cessar-fogo definitivo entre Portugal e os movimentos separatistas de Angola. Assim, de acordo com Bittencourt (2003) alguns meses depois, é assinado um acordo de paz denominado Acordo de Alvor. Este acordo foi assinado entre Portugal e os principais movimentos separatistas angolanos, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Tal acordo estabeleceu a partilha do poder da nação angolana entre estes três grupos, sendo assim em novembro de 1975 finalmente Angola chega a sua independência.

Neste mesmo mês e ano, o Brasil contrariando seu histórico de apoio ao colonialismo de Portugal, reconhece a independência de Angola. Fato que deu muita repercussão, pois o Brasil foi a primeira nação a reconhecer a República Popular de Angola (RPA), inclusive antes de muitos países africanos que estavam no aguardo de mais definições em relação ao novo país para tomarem tal decisão. A partir deste passo o Brasil teve atuante papel para a descolonização africana, adotando então um discurso junto a ONU em favor da independência das colônias europeias naquele continente. (MELLO, 2007).

Essa política externa brasileira oscilava entre a relação com Portugal e os atrativos que a África apresentava em termos políticos, estratégicos e

também econômicos. Porém o que é fato, é que o Brasil reconhecer tão rapidamente a Angola como país foi uma estratégia com o intuito de colocar-se em uma posição de país-ponte entre os interesses do primeiro mundo e os países africanos. Estratégia esta que surtiu efeito, pois garantiu ao Brasil livre trânsito em Angola e também uma abertura maior com muitas nações do continente africano. (BITTENCOURT, 2003).

Este reconhecimento de Angola por parte do Brasil se deu em um momento oposto vivido pelo Brasil. Aqui a política era de repressão aos movimentos populares e caça aos comunistas devido a ditadura militar. Mas conforme falado anteriormente, o que impulsionou o Brasil para tal reconhecimento foram os interesses econômicos na África, algo que ia ao encontro da política externa do então presidente Geisel. O governo na época enxergava os países africanos de descendência portuguesa como ótimos mercados para alguns produtos produzidos em nosso solo mesmo que ideologicamente tais países fossem completamente distintos do nosso. (MELLO, 2007).

Nesse mesmo período a África vivia um momento de busca por sua autonomia e também procurava melhorar sua imagem perante as metrópoles europeias, sendo assim procurava incessantemente parceiros comerciais e investidores. O bom momento que o continente africano vivia, dava-se principalmente pela grande alta do petróleo, recurso abundante em suas terras. Assim tornava-se interessante uma boa parceria com o Brasil. Um país que possuía uma tecnologia dita tropical e que se adaptava as condições africanas. Esta parceria gerava ganhos bilaterais pois enquanto a África rica em petróleo tentava diminuir sua dependência econômica em relação as nações europeias, o Brasil que na época sofria com a falta de petróleo e dele necessitava, possuía inúmeros bens e serviços que se adequavam para o continente africano. (SANTANA, 2003)

2.5 EVOLUÇÃO COMERCIAL BRASIL X ANGOLA

O comércio entre a nação brasileira e a nação angolana só foi realmente ser algo considerável para os padrões econômicos destes dois países a partir

do ano de 1997 quando o Brasil atingiu o patamar dos 80 milhões de dólares em exportação para o país africano. A partir deste ano, houve uma oscilação nos três anos seguintes sendo que em 1998 ultrapassou a casa dos 100 milhões de dólares, porém caindo quase pela metade no ano seguinte e voltando a subir bem no ano de 2000 onde novamente ultrapassou os 100 milhões de dólares (MDIC, 2012).

A partir de 2001 houve uma crescente acentuada nas exportações do Brasil para Angola. Neste ano a exportação foi de 142 milhões de dólares e em 2 anos praticamente duplicou atingindo a marca dos quase 280 milhões de dólares exportados no ano de 2003.

De acordo com o MDIC (2012), a partir de 2003, a política externa brasileira passa por nova orientação, tendo na expansão das relações com países africanos um dos seus pilares, sendo que Lula da Silva fez duas visitas oficiais a Angola (2003 e 2007), pois Angola era o maior receptor de investimentos brasileiros, e também um caminho para África Austral, assim feito Brasil retoma as relações, mas encontra China e EUA como principais parceiros, muito embora Portugal ainda exerça um importante papel.

As exportações brasileiras para a Angola apresentaram tendências de crescimento no decorrer desses últimos anos, de acordo com os registros de intercâmbio comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC (2012).

De 2005 em diante o crescimento foi maior ainda. Pudemos observar na tabela que sobe na média de 300 milhões de dólares por ano nos dois anos seguintes e incríveis 600 milhões no outro ano praticamente atingindo a incrível marca de 2 bilhões de dólares em exportação no ano de 2008.

Após o ano de 2008 houve uma queda no índice de exportação e que se manteve dentro da média até o momento mais recente que temos na tabela que se refere ao mês de março de 2013. Porém vale ressaltar que embora tenha ocorrido uma queda nas exportações nestes últimos 5 anos, o que se observa agora é uma leve tendência para o crescimento.

Outro importante fator é que o Brasil também tem sido beneficiado pelo crescimento econômico de Angola. O valor das exportações aumentou em 10 vezes, de 2003 a 2008, fazendo com que Angola em 2009, seja 29º mercado

de destino das exportações brasileiras, sendo que em 2000, estava na 52ª posição (BANCO MUNDIAL, 2006).

Quadro 3 - Exportação: Brasil para Angola - 1997-2013

Ano	Acumulado	
	US\$ FOB (Acumulado)	Peso Líquido (kg) (Acumulado)
1997	81.794.687	90.510.420
1998	120.184.100	94.072.829
1999	64.115.362	129.596.247
2000	106.281.536	124.784.817
2001	142.008.853	173.642.151
2002	199.562.411	379.515.827
2003	275.469.291	413.166.449
2004	357.150.788	446.119.498
2005	521.326.869	572.689.542
2006	837.778.648	715.699.905
2007	1.218.235.629	905.065.452
2008	1.974.575.752	1.035.093.847
2009	1.333.008.513	920.626.488
2010	947.119.243	671.852.676
2011	1.073.706.755	704.025.926
2012	1.127.422.080	720.232.654
2013 (até março)	312.443.729	195.321.476

Fonte: Elaboração própria, com dados do MDIC.

Analisando a relação dos diversos produtos comercializados entre os países, no Brasil, podemos citar dentre os dez (10) principais produtos exportados para Angola: açúcar, frangos congelados, veículos ou automóveis de combate a incêndios, cremes de leite e leites, carnes bovinas: congeladas, defumadas e secas, veículos para transportes de até 10 pessoas, feijão, caminhões de transporte e aparelhos para cozinhar, ferros, etc (MDIC, 2011).

Fazendo a divisão da quantidade de dólares provenientes da exportação pela quantidade de quilos exportados em produtos, chegamos a seguinte tabela a baixo:

Tabela 2 - Exportações brasileiras para Angola calculando dólar dividido por quilograma exportado.

ANO	DÓLAR POR KG
-----	--------------

	EXPORTADO
1997	0,90
1998	1,27
1999	0,49
2000	0,85
2001	0,81
2002	0,52
2003	0,56
2004	0,80
2005	0,91
2006	1,17
2007	1,34
2008	1,90
2009	1,44
2010	1,40
2011	1,52
2012	1,56
2013 (até março)	1,59

Fonte: Elaboração própria, com dados do MDIC.

Esta tabela a cima mostra ano a ano quanto o Brasil ganhou em dólares por cada quilo exportado independente do produto. Observa-se que de 1997 até o ano de 2005 com exceção do ano de 1998, o Brasil sempre obteve um valor menor do que 1 dólar para cada quilo exportado, o que significa dizer que na maioria eram produtos com menos valor agregado.

A partir do ano de 2006 os números mudam e até os dias atuais o Brasil vem todo ano sempre obtendo mais de 1 dólar por quilo exportado, o que significa que o Brasil tem desde então exportado produtos com maior valor agregado.

Quadro 4 - Importação: Brasil de Angola - 1997-2013

Ano	Acumulado	
	US\$ FOB (Acumulado)	Peso Líquido (kg) (Acumulado)
1997	36.800.609	253.141.453
1998	11.389.814	118.439.035
1999	26.830.292	229.969.462
2000	31.422.471	108.750.286
2001	174.837.212	894.714.786
2002	11.629.324	65.560.035
2003	7.551.779	25.983.699

2004	3.580.646	9.254.568
2005	120.231	163.176
2006	459.499.620	937.298.596
2007	946.332.224	1.837.451.056
2008	2.236.426.952	2.625.811.151
2009	137.760.201	354.459.537
2010	494.454.461	854.941.502
2011	438.078.678	547.507.225
2012	210.436.219	278.223.912
2013 (até março)	97.548.122	129.238.734

Fonte: Elaboração própria, com dados do MDIC.

No quadro 3 estão os números da importação que o Brasil realiza de Angola também a partir do ano de 1997.

Podemos claramente perceber que os valores do ano de 1997 até 2005 são bastante inexpressivos com exceção do ano de 2001 quando o Brasil importou de Angola 174 milhões de dólares.

A partir do ano de 2006 é que realmente começa uma importação realmente expressiva quando neste ano é superado o patamar dos 450 milhões de dólares, algo muito maior em relação ao ano anterior. De 2004 para 2005 ocorre um aumento de praticamente 100% na importação e para o ano seguinte o percentual de aumento é ainda maior quando o Brasil importa de Angola o valor de 2,2 bilhões de dólares. Como mostrado tanto na tabela de exportação quanto de importação, o ano de 2008 foi o de maior comercialização entre as duas nações. Isso se deu pelo fato de uma grande aproximação política entre as nações tentando manterem suas balanças comerciais positivas no ano em que culminou a crise econômica mundial.

Após o ano de 2008 houve uma acentuada queda na importação com todas as nações mundiais devido à crise e isso também ocorreu com Angola. Pudemos ver que de 2008 para 2009 o valor de importação passa de 2,2 bilhões de dólares para inexpressivos 137 milhões de dólares. No ano seguinte o número aumenta para perto da casa dos 500 milhões de dólares e praticamente se mantém em 2011. Já no ano de 2012 ocorre uma queda para quase metade, porém até março de 2013 os números apontam para uma perspectiva de voltar ao patamar de 2011.

2.6 RELAÇÃO DE GANHO COMÉRCIO BRASIL E ANGOLA

Tabela 3 - Relação de ganho Brasil X Angola

Ano	Exportação: Dólar/kg	Importação: Dólar/kg	Relação de ganho
1997	0,90	0,14	6,21
1998	1,27	0,09	13,28
1999	0,49	0,11	4,24
2000	0,85	0,28	2,94
2001	0,81	0,19	4,18
2002	0,52	0,17	2,96
2003	0,56	0,29	1,96
2004	0,80	0,38	2,06
2005	0,91	0,73	1,23
2006	1,17	0,49	2,38
2007	1,34	0,51	2,61
2008	1,90	0,85	2,23
2009	1,44	0,38	3,72
2010	1,40	0,57	2,43
2011	1,52	0,80	1,90
2012	1,56	0,75	2,06
2013 (até março)	1,59	0,75	2,12

Fonte: Elaboração própria, com dados do MDIC.

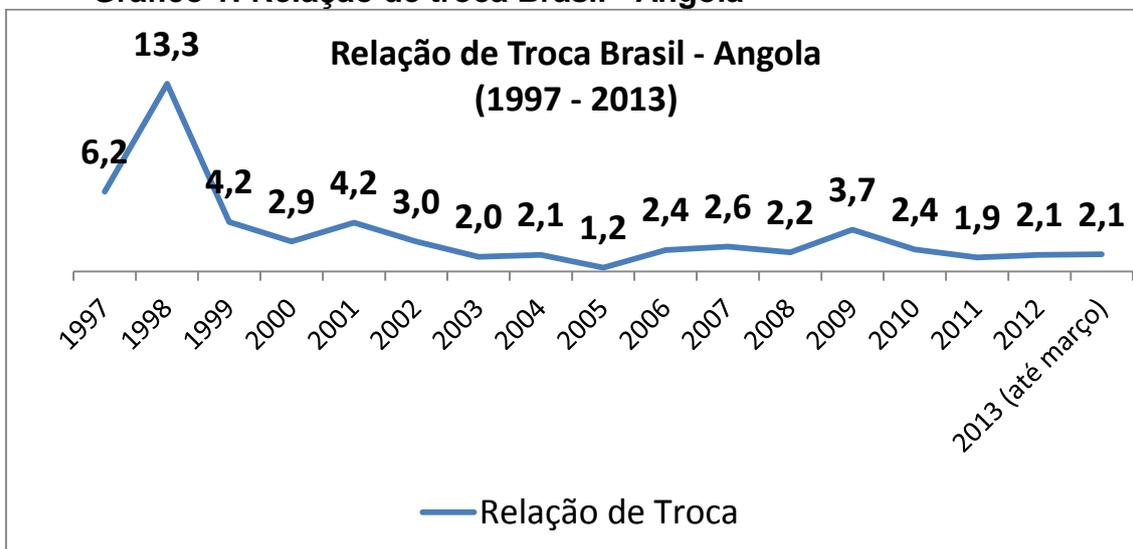
Analisando o comércio entre os países visto a partir do ano de 1997, considerando apenas o fator ganho absoluto, podemos claramente concluir que o Brasil leva ampla vantagem tendo como base a tabela abaixo.

No ano de 1997 o Brasil exportou produtos com 6,21 vezes mais valor agregado do que Angola quando calculada esta relação, algo que mais que dobrou no ano seguinte. Já para o ano de 1999 a queda foi alta e ficou no patamar de 4,24 vezes mais valiosos os produtos exportados em relação aos produtos importados de Angola. Para o ano seguinte, nova queda para 2,94 vezes mais, e a partir de então percebemos que acontece uma estabilização nesta relação que fica sempre na casa de 2 a 4 vezes mais em favor do Brasil, com exceção do ano de 2003 onde a relação ficou bem equilibrada com o Brasil exportando produtos que valem 1,23 vezes mais do que os importados do país africano.

Somente nos anos de 2011, 2012 e no atual ano de 2013 é que esta relação fica mais próxima novamente onde em 2011 a relação favorece os produtos brasileiros que são de 1,9 vezes mais valiosos do que o importado,

subindo em 2012 para 2,06 vezes e este ano (2013) para 2,12 vezes equiparando mais ainda esta relação.

Gráfico 1: Relação de troca Brasil - Angola



Fonte: Elaboração própria, com dados do MDIC.

2.7 SALDO COMERCIAL

Embora constatado com os dados a cima que o Brasil sempre leva vantagem quando falado do valor agregado dos produtos neste comércio, no saldo comercial em 2 dos 16 anos de comércio analisados, o Brasil teve um déficit na sua balança comercial neste comércio de importação e exportação com Angola.

Quadro 5 - Saldo Comercial entre Brasil e Angola

Ano	Saldo (US\$)
1997	44.994.078
1998	108.794.286
1999	37.285.070
2000	74.859.065
2001	-32.828.359
2002	187.933.087
2003	227.917.512
2004	353.570.142
2005	521.206.638

2006	378.279.028
2007	271.903.405
2008	-261.851.200
2009	1.195.248.312
2010	452.664.782
2011	635.628.077
2012	916.985.861
2013 (até março)	214.895.607

Fonte: Elaboração própria, com dados do MDIC.

Do primeiro ano em análise para o segundo, o Brasil mais que dobra seu superávit passando dos quase 45 milhões de dólares para 108 milhões. Após isto o Brasil tem uma grande queda, mas ainda tendo um superávit de 37 milhões de dólares em 1999 e aproximadamente 75 milhões de dólares no ano 2000. O ano de 2001 é onde o Brasil tem pela primeira vez neste comércio um déficit no saldo de exportação e importação para Angola. O Brasil leva uma desvantagem que gira na casa dos 33 milhões de dólares, algo que é prontamente superado no ano seguinte (2002) atingindo um saldo positivo e recorde até então de 187 milhões de dólares e subindo ainda mais no ano seguinte, para quase 230 milhões de dólares (MDIC, 2012).

O Brasil segue com uma crescente vantagem sempre variando entre 200 e 500 milhões de dólares de superávit, isto até o ano de 2008 quando tem uma brusca desvantagem nesta balança atingindo um déficit de 261 milhões de dólares devido a crise. Porém como na primeira vez que teve este saldo negativo, o ano seguinte marca a recuperação do país, quebrando novos recordes e atingindo o valor de quase 1,2 bilhões de dólares positivando novamente a balança.

Nos dois anos que seguem o valor do superávit cai para uma média de 500 milhões de dólares. No ano de 2012 a balança brasileira volta a aumentar bem seu lucro comparado com o ano anterior. Atinge um superávit de mais de 900 milhões de dólares com uma tendência para 2013 de ultrapassar novamente a casa de 1 bilhão de dólares tendo em vista que as relações comerciais nos primeiros meses do ano são menos intensas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fundamentação teórica é o que dá sustentação ao trabalho, tornando-se o referencial. Contudo, devido à importância, necessidade e relevância da construção do conhecimento em relação ao tema, faz-se necessário um referencial metodológico que guie todo este processo.

Segundo Rosenfield (2011) os procedimentos metodológicos formam a última fase da apresentação de um projeto de pesquisa. Tendo os fatos do problema sido esclarecidos por meio da fundamentação teórica e revisão bibliográfica, o problema por fim necessita ser abordado de forma empírica. Para que isto ocorra, é necessário demonstrar como isto será feito a partir de seções nos procedimentos metodológicos.

Souza, Fialho e Otani (2007) consideram os métodos científicos como instrumentos cada vez mais sofisticados que permitem ao acadêmico analisar e interpretar os dados coletados no processo de investigação, e finalizando o trabalho, apresentar as conclusões.

Sendo assim, este capítulo tem como objetivo mostrar os procedimentos metodológicos utilizados ao longo de todo o trabalho para aferir os resultados desta pesquisa acadêmica.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Souza, Fialho e Otani (2007) discutem a pesquisa como a luz da busca por conhecer que leva o homem a pesquisar. Formalizando um processo de construção do conhecimento. E este processo, considerado como um processo de aprendizagem contribui para o desenvolvimento da pesquisa e também orientando o pesquisador. Isto permite o delineamento da pesquisa até as devidas conclusões, descrevendo assim as informações que proporcione uma análise consistente da problemática.

A pesquisa é dividida em duas partes: uma de caráter bibliográfico para cobrir os meios da investigação e a outra de caráter descritivo que contribui para o fim da investigação.

a) Pesquisa bibliográfica: Foi realizado um estudo bibliográfico por meio de livros, monografias e artigos com o intuito de fundamentar teoricamente o trabalho. Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já existente, constituído principalmente de artigos e livros científicos. Embora na maioria dos estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há investigações desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Torna-se cabível no presente trabalho a pesquisa bibliográfica pelo fato de o mesmo tratar na sua fundamentação teórica de um tema não muito explorado. Sendo assim, faz-se necessário a investigação em livros que abordem o assunto para poder expor as idéias de maneira mais eficiente e clara neste estudo.

b) Pesquisa descritiva: A segunda parte trata-se de um estudo descritivo, que de acordo com Lakatos e Marconi (2007) é uma pesquisa que busca registrar fenômenos e fatos de uma determinada realidade sem alterá-los. Busca também a compreensão de situações e relações que acontecem na vida social, econômica e política que ocorrem na sociedade.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA

Conforme Richardson (1999) a população é o conglomerado de elementos que possuem determinadas características, podendo ser constituídas pelo conjunto de indivíduos que trabalham em um mesmo local.

Esta pesquisa basicamente de caráter bibliográfico buscou informações para a base teórica em livros especializados, monografias que abordam comércio exterior e os dados no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

A pesquisa buscou livros que abordam a relação de troca e após isto a obtenção dos dados sobre o comércio exterior envolvendo Brasil e Angola foi pelo website do MDIC. Neste website foi pesquisado os dados da exportação e importação do Brasil para com Angola do ano de 1997 a março de 2013 como mostra os quadros 1 e 2.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Realizado todo o planejamento do projeto, tendo definido os problemas e objetivos, são então escolhidos os instrumentos para a coleta dos dados (SAMARA; BARROS, 2002).

Em relação aos dados secundários, Souza Fialho e Otani (2007) consideram tais como a composição de elementos que derivam de obras originais. Trabalhos escritos com o objetivo de interpretar fontes primárias e com o auxílio e consulta de outras fontes secundárias. Oriundas da técnica de documentação indireta que se caracteriza pelo processo de coleta de dados por meio de uma pesquisa documental.

No caso desta pesquisa, por ela utilizar-se de dados obtidos por meio de informações de dois websites e de livros, podemos definir estes dados como dados secundários.

O primeiro website em questão é o do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) que pode ser acessado em www.desenvolvimento.gov.br.

Neste website foi coletado no link de comércio exterior dados que referem-se a comercialização entre Brasil e Angola desde o ano de 1997 até março de 2013.

Nas tabelas número 4, 5, 6, 7, 8 e 9 encontradas no anexo do trabalho que mostra os principais indicadores econômicos de Angola (1970 – 2011) e do Brasil (1975 – 2011), os dados são oriundos da página virtual UNCTADstat, um website em forma de base dados que possui informações econômicas de todos os países do mundo.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo pelo fato de buscar interpretar e compreender fenômenos sociais advindos do mundo real torna-se um estudo de análise de dados qualitativo.

Para Chizzotti (2006), a pesquisa qualitativa implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair

desse convívio significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível.

As pesquisas qualitativas tem caráter exploratório, ou seja, tem a função de estimular os entrevistados a pensarem de forma livre sobre um tema qualquer, conceito ou objeto. Ela visa aspectos subjetivos e é bastante usada em momentos que se buscam entendimento e percepções sobre a natureza geral de alguma questão e que proporcione vias para variadas interpretações. (DANTAS, 2006)

Outro tipo de análise que se faz presente neste estudo é a análise documental, pois por meio de estudo de arquivos públicos é que foi possível obter grande parte desta pesquisa.

A análise documental é utilizada para conseguir resgatar histórias, períodos ou até mesmo personagens. As fontes mais utilizadas neste tipo de pesquisa são acervos impressos como almanaques, jornais e revistas. Porém documentos oficiais e técnicos também podem servir de fonte para esta análise. (MOREIRA, 2008)

3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Objetivos específicos	Tipo de pesquisa quanto aos fins	Meios de investigação	Classificação dos dados da pesquisa	Técnica de coleta de dados	Procedimentos da coleta de dados	Técnica de análise dos dados
Analisar a história da relação entre Brasil e Angola	Descritiva	Bibliográfica	Secundários	Documental	Leitura de resultados e conclusões	Qualitativo
Descrever as políticas que pautaram as relações entre Brasil e Angola						
Conceituar a relação de troca						
Calcular os						

termos de troca da balança comercial entre Brasil e Angola						
---	--	--	--	--	--	--

ANÁLISE

O presente estudo procurou responder os objetivos específicos citados no começo deste trabalho e iniciou abordando o que é comércio internacional apresentando as teorias clássicas de Adam Smith e David Ricardo. O primeiro pregava a teoria das vantagens absolutas onde se acreditava que os países deveriam dar ênfase na produção de bens os quais levavam absoluta vantagem em custo e em produtividade. Em resumo, os países não deveriam produzir todos os tipos de produtos e sim só aqueles em que eram mais fortes e importar o que necessitasse. David Ricardo ia de encontro a estas ideias, pois propagava a teoria das vantagens comparativas. Esta teoria consistia no fato de que os países não deveriam produzir aquilo que fosse mais vantajoso para si economicamente falando. Deveriam produzir aquele que mais lhe seria conveniente analisado pelo ponto de vista natural como clima, solo e até tecnológico.

Outra teoria analisada no capítulo de comércio internacional foi a neoclássica. Esta teoria que provem dos estudos dos economistas Hecksher, Ohlin e Samuelson surge para sobrepor as teorias clássicas. Ela sugere que o que condiciona as vantagens comparativas é o fato de um país ser mais abundante ou mais escasso nos fatores produtivos como trabalho e terra. Desta forma uma nação levaria vantagem comparativa em produtos que pudesse inserir seus fatores produtivos mais abundantes.

Finalizando o que se referia as teorias de comércio internacional, o estudo focou em apresentar o que é relação de troca. Tal relação tem sua definição pelos índices de preço das importações e exportações que é utilizada para mensurar o poder aquisitivo de um país. O conceito relação de troca surgiu na metade do século XVIII onde era intenso o comércio entre as metrópoles e as colônias. Terminando o assunto sobre comércio internacional e relação de troca, o estudo conseguiu por meio destes responder o primeiro objetivo específico.

Após os conceitos apresentados anteriormente, o estudo partiu para as relações entre Brasil e Angola para responder os outros objetivos específicos.

Teve seu início focado no país africano e suas características tais como dados sociais, geográficos e produtos nos quais são especializados na produção.

Dando sequencia, o trabalho buscou levantar os elementos históricos e políticos que se mostraram imprescindíveis no histórico da relação entre Brasil e Angola dos tempos da escravidão aos dias atuais.

A partir de então pode ser abordado acontecimentos que pautaram a relação entre as duas nações ao longo de seus anos de existência. Tais fatos passam pelos primeiros contatos entre Brasil e Angola quando ainda eram colônias de Portugal e em como a relação se fortaleceu após a independência brasileira.

Após a independência do Brasil, Angola se mostrou bastante interessada em conseguir a sua já que via uma nação semelhante ter conseguido a liberdade. Porém tal fato só pode ser alcançado mais de 150 anos depois.

Durante os vários regimes governamentais que passaram pelo Brasil desde a independência, as relações com Angola sofreram altos e baixos. A relação principalmente a comercial esteve muito em baixa no início do século XX, voltando a se fortalecer na metade do século (período de Getúlio Vargas) e ficando mais forte ainda no período da ditadura militar no Brasil onde uma forte corrente de militares defendia a aproximação brasileira com os países africanos com o objetivo de tornar o Brasil uma espécie de país ponte entre as nações desenvolvidas e as nações do continente africano.

Após a independência de Angola, houve uma guerra civil que disputava o controle do país. Esta guerra durou quase 30 anos e durante este período as relações entre Brasil e Angola voltaram a diminuir muito. Desta forma o presente estudo finaliza os objetivos específicos que diziam respeito as relações entre Brasil e Angola na esfera política e histórica.

Visando terminar de responder a todos os objetivos específicos expostos no começo deste estudo, o trabalho também buscou trazer os números da relação comercial entre Brasil e Angola desde o ano de 1997, cinco anos após a guerra e ano em que retomaram suas relações comerciais de forma considerável.

Analisando os resultados da balança comercial entre estas duas nações, os dados da pesquisa demonstram que Angola hoje é um grande e importante parceiro para o Brasil e que a estas relações comerciais só tendem a aumentar. O que remete a esta conclusão é o fato de que o valor das exportações brasileiras para Angola vem aumentando gradativamente de acordo com o quadro número 2. Conseqüentemente fazendo Angola passar da 52ª posição de país receptor das exportações brasileiras em 2000 para a 29ª em 2009 e atingindo o patamar de 22º maior destino das exportações brasileiras no ano de 2012 de acordo com o Banco Mundial.

Embora o Brasil leve vantagem segundo o quadro número 5 que faz a análise do saldo comercial, Angola também tem muito a ganhar, pois, importa do Brasil produtos com alto valor agregado que não são produzidos em seu território.

O que de fato chama a atenção é que o país africano está em franco crescimento, inclusive hoje sendo uma das nações que mais cresce proporcionalmente no mundo. De acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), Angola vem mantendo uma média de crescimento de 9% ao ano do seu PIB nos últimos 15 anos. Este fator faz com que Angola venha se tornando um mercado muito atrativo para novos investidores. Isso se dá pelo fato de o país africano ter muito poucas empresas devido a guerra civil que a nação vivenciou por quase 30 anos. Desta forma, a falta de empresas em seu solo remetem o país a uma falta muito grande de produtos de algum valor agregado, tornando-se assim uma espécie de “terra prometida” para quem tiver interesse em lá investir.

Terminando assim a análise do trabalho, o autor acredita que teve êxito em responder a todos os objetivos específicos citados no começo deste estudo.

CONCLUSÃO

Após o término deste trabalho, pode-se concluir que o comércio entre Brasil e Angola vem em uma forte crescente e que Angola vem se consolidando como principal país parceiro do Brasil no continente Africano.

Este estudo também pode ser de bastante utilidade a quem gostaria de conhecer mais sobre a relação destas duas nações seja por motivos de interesses comerciais já que os dois países atravessam um bom momento econômico ou apenas por conhecimento informativo. Como visto durante o trabalho, Brasil e Angola tem uma história muito grande incomum, inclusive tendo o mesmo país como colonizador, Portugal. Sendo assim apresentam histórias semelhantes de desenvolvimento.

Ao que concluí-se com os números extraídos das tabelas e quadros deste estudo, esta relação tende a seguir cada vez mais intensa proporcionando bons frutos para ambos os lados.

Por fim, as informações possíveis de serem extraídas deste trabalho, podem ser bastante importante aos estudantes angolanos e brasileiros que venham a estudar no outro país e que queiram conhecer um pouco mais sobre seu destino.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Angola Country Economic Memorandum**. Disponível em < www.worldbank.org/angola > acesso em: 05 mai. 2013.

BAUMANN, Renato. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BITTENCOURT, Marcelo. **As relações Angola- Brasil: referências e contatos**. Disponível em <<http://www.casadasafricas.org.br/>> acesso em: 20 mai. 2012.

BORTOTO, Artur César. **Técnicas de negociação internacional**, 2004.

BURGESS, Robert G. **Métodos de pesquisa de terreno III: O uso de documentos pessoais**. 1997.

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique – Experiência colonial e territórios coloniais**. Ateliê Editorial, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria Processos e Prática**. São Paulo: Markron Books, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CUNHA, S. H. P. **As relações econômicas Brasil-Angola (1975-1988)**. Caderno CRH, Salvador, n. 36, p. 137-164, jan./jun. 2002.

DANTAS, Marcelo. **Pesquisa Qualitativa e Pesquisa Quantitativa**. Recife, 2006.

EIU. Disponível em: < <http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=880623872&Country=Angola&topic=Summary&subtopic=Basic+data> > acesso em: 12 mai. 2013

FAUSTINO, Horácio. **O modelo da base de Heckscher – Olhin e os principais teoremas**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/1509.pdf>>. Acesso em: 27 mar.2012.

FMI. Disponível em: < <http://www.imf.org/external/country/index.htm> > acesso em: 15 jun.2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional**: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HECKSHER, Eli. **Efeitos do Comércio Exterior na Distribuição da Renda**, 1919.

KEEDI, Samir. **A B C do Comércio Exterior**: Abrindo as primeiras páginas. 3 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2008.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**: teoria e política. 6.ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

LAKATOS, E. M. MARCONI, A. **Técnicas de pesquisa**. Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M. MARCONI, A. **Métodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Carlos. **Making Global Trade Work for People**, 2010.

LUDKE, M; e ANDRÉ, M.E.D. **Pesquisa em educação**: abordagens quantitativas. 5.ed.. São Paulo: EPU, 1986.

MARSCHALL, C; ROSSMANN, G. B. **Designing qualitative researcher**. Londres: Sage, 1989.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**: metodologia e planejamento. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MDIC. Site. **Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comercial**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

MENEZES, Solival Mamma Angola: **Sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: Edusp, 2002, 410p

MELO, Ovidio de Andrade. **O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975**: sessenta anos de política externa brasileira (1930 – 1990), 2007.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Análise documental como método e técnica**. São Paulo, 2008.

NOGUEIRA, Fernanda Danielle Cavalcante. **Brasil e Angola**: a relação de complementaridade entre as Colônias portuguesas. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais > aceso em: 13 mai. 2013.

OLIVEIRA, A.; LIMA, E. **Política Cambial**: Efeitos na balança comercial, 2010.

PORTAL ANGOLA, Disponível em < <http://www.governo.gov.ao/Historia.aspx>> acesso em: 10. out. 2013.

PREBISCH, Raúl. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais**, 1949.

PREBISCH, Raúl. **O mercado comum Latino Americano**. México: Fundo de Cultura Economica, 1959.

PREBISCH, Raúl. **Nueva política comercial para el desarrollo**, 1964.

PRESTES, M. L. de M.. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**. São Paulo: Respel, 2002.

RATTI, Bruno. **Comércio internacional e câmbio**. São Paulo: Lex Editora, 2006.

RICARDO, David. **The Principles of Political Economy and Taxation**, 1817.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores: José Augusto de Souza Peres. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROSENFELD, Cinara. **Métodologia para elaboração de artigo científico**. 2011.

SAMARA, B. S.; BARROS, J. C. **Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia**. 3.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANDRONI, Paulo. Relações de troca. **Blog do Sandroni, 2009**. Disponível em: <<http://sandroni.com.br/?p=260>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

SANTANA, Ivo. **O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 70 a 90**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SANTOS, Carlos Augusto. **A monarquia no Brasil: O Império e o Interamericanismo**, 1979.

SARAIVA, José Fávio. **O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1996.

SEATTONE, Aldo. **Mensagens ao vento**. São Paulo: Clio, 2008.

SILVA, Orlando M.; ALMEIDA, Fernanda M.; OLIVEIRA, Bethania M. **Comércio internacional "x" intranacional no Brasil: medindo o efeito-fronteira**. Nova econ. Vol.17 no.3. Belo Horizonte, 2008.

SILVA, Reginaldo Oliveira da. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005

SOUZA, A. C.; FIALHO, F. A. P.; OTANI, N. **TCC Métodos e Técnicas**. 1.ed. Florianópolis: Visualbooks. 2007.

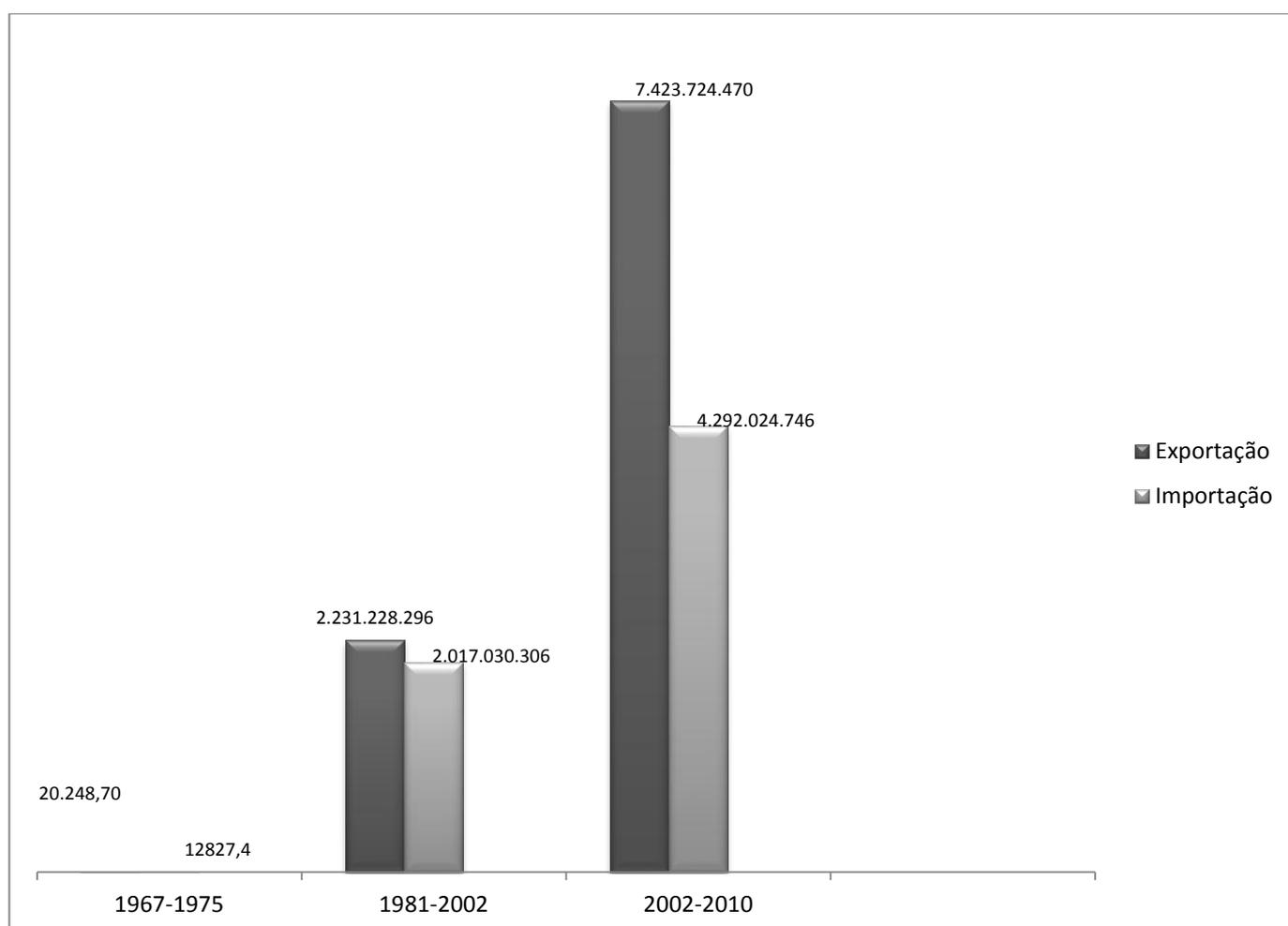
SMITH, Adam; tradução Alexandre Amaral Rodrigues, Eunice Ostrensky. **Riqueza das nações**, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

UNCTADstat. Disponível em <
http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_referer=&sCS_ChosenLang=en> acesso em: 06 jun. 2013.

UOL. Disponível em: < <http://economia.uol.com.br/cotacoes/> > acesso em: 13 mai. 2013.

ANEXO

Gráfico 2 - Exportações de Brasil com Angola dividida em três períodos (1967-1975; 1981-2002; 2003-2010). (em milhões de dólares)



Fonte: Elaboração própria, com dados do MDIC.

Tabela 4 - Principais indicadores econômicos de Angola (1970-1975)

PAÍS: ANGOLA	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Produto Interno Bruto (PIB)	3131,13	2995,09	3276,21	3643,50	4044,54	5390,32
Despesa de consumo final	2340,54	2236,99	2459,64	2754,22	3051,04	3931,84
Despesa de consumo final (incluindo ISFLSF)	1461,23	1397,76	1522,21	1700,98	1838,44	2596,91
Governo geral e despesa de consumo final	879,65	840,21	937,56	1055,54	1213,43	1335,51
Formação bruta de capital	760,89	729,03	818,44	900,43	989,13	1231,43
Exportações de bens e serviços	1101,45	1073,67	1163,56	1285,98	1433,32	1824,56
Importações de bens e serviços	1016,77	989,54	1100,22	1226,65	1355,45	1540,94
Agricultura, caça e pesca	445,65	425,32	464,67	517,09	580,80	764,87
Indústria	1233,23	1176,65	1286,05	1430,77	1587,43	2147,58
Serviços	1405,38	1346,97	1474,79	1639,09	1815,32	2397,66

Fonte: Elaboração própria, com dados da UNCTADstat

Tabela 5 - Principais indicadores econômicos de Angola (1981-2005)

PAÍS: ANGOLA	1981	1985	1990	1995	2000	2005
Produto Interno Bruto (PIB)	5044,32	6865,45	10297,73	4994,66	8858,09	32811,32
Despesa de consumo final	3747,21	5353,13	7540,09	3180,21	6525,76	19313,73
Despesa de consumo final (incluindo ISFLSF)	2342,11	3225,66	4605,88	1151,21	3502,98	10163,44
Governo geral e despesa de consumo final	1404,12	2128,28	2935,56	3029,09	3023,14	9149,56
Formação bruta de capital	1250,32	1222,43	1202,90	1518,17	1037,76	2854,08
Exportações de bens e serviços	1969,43	2259,12	4006,60	4152,33	5978,10	28223,44
Importações de bens e serviços	1806,67	1969,55	2451,21	4239,58	4682,81	17599,80
Agricultura, caça e pesca	715,43	922,20	1841,87	363,42	517,73	2344,50
Indústria	1958,77	2944,08	4191,96	3318,97	6445,32	22672,94
Serviços	2291,09	2913,43	4190,92	1241,12	1892,03	6036,34

Fonte: Elaboração própria, com dados da UNCTADstat

Tabela 6 - Principais indicadores econômicos de Angola (2006-2011)

PAÍS: ANGOLA	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Produto Interno Bruto (PIB)	41789,84	60449,87	84178,32	75492,21	82513,09	104332,98
Despesa de consumo final	19622,25	33751,90	49600,20	63689,23	53407,64	62162,86
Despesa de consumo final (incluindo ISFLSF)	10040,98	20489,45	27380,43	45505,06	33543,21	37032,56
Governo geral e despesa de consumo final	9583,76	13262,41	23220,89	18183,20	19864,76	25130,11
Formação bruta de capital	5112,08	8295,34	13465,65	12182,97	13308,10	16795,89
Exportações de bens e serviços	33343,32	44707,09	64243,45	41451,09	51357,90	73590,89
Importações de bens e serviços	16287,66	26304,12	43121,90	41829,45	35601,56	48255,67
Agricultura, caça e pesca	3203,06	4751,45	5591,42	7702,98	8117,34	9692,13
Indústria	28216,32	40240,56	56809,56	44576,43	49467,45	64814,34
Serviços	10500,87	14272,34	14724,54	21359,08	22886,77	27363,66

Fonte: Elaboração própria, com dados da UNCTADstat

Tabela 7 - Principais indicadores econômicos do Brasil (1975-1980)

PAÍS: BRASIL	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Produto Interno Bruto (PIB)	108051,77	127741,11	148672,12	168803,91	186096,23	191125,98
Despesa de consumo final	84389,23	101359,09	116881,34	131935,82	146918,34	159125,23
Despesa de consumo final (incluindo ISFLSF)	73384,12	87962,22	102867,65	115594,73	128493,56	143344,77
Governo geral e despesa de consumo final	11005,18	13396,47	14014,21	16341,45	18424,33	15781,02
Formação bruta de capital	27767,93	29434,82	32779,09	38881,76	43058,09	47781,56
Exportações de bens e serviços	7799,44	8959,90	10772,37	11298,68	13475,26	15781,74
Importações de bens e serviços	11903,87	12011,23	11760,53	13310,28	17355,61	15782,38
Agricultura, caça e pesca	11061,23	13164,19	17857,26	16714,05	17992,82	15781,82
Indústria	41543,24	48412,95	54731,18	64324,10	72732,09	79343,18
Serviços	50273,94	59715,33	69071,23	81849,45	90886,13	95124,09

Fonte: Elaboração própria, com dados da UNCTADstat

Tabela 8 - Principais indicadores econômicos do Brasil (1981-2005)

PAÍS: BRASIL	1981	1985	1990	1995	2000	2005
Produto Interno Bruto (PIB)	225558,12	187426,45	368234,37	768951,28	644729,09	882044,48
Despesa de consumo final	171464,89	141758,25	277258,45	642003,72	538435,90	707275,56
Despesa de consumo final (incluindo ISFLSF)	153349,15	123191,90	215040,28	480253,63	414853,34	531644,43
Governo geral e despesa de consumo final	18114,23	18567,98	62218,45	161750,76	123583,12	175630,09
Formação bruta de capital	54094,45	35912,29	84446,60	138622,21	117664,30	142942,38
Exportações de bens e serviços	18114,39	22901,05	28859,37	55801,07	64332,78	133439,06
Importações de bens e serviços	18110,76	13282,65	22330,78	67475,31	75703,70	101611,13
Agricultura, caça e pesca	18026,22	19652,76	36776,65	38745,20	31289,01	43198,77
Indústria	81389,83	77388,29	134113,20	184793,32	154869,56	221527,30
Serviços	117121,23	94997,80	192135,40	447807,88	372296,08	492036,11

Fonte: Elaboração própria, com dados da UNCTADstat

Tabela 9: Principais indicadores econômicos do Brasil (2006-2011)

PAÍS: BRASIL	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Produto Interno Bruto (PIB)	1089254,34	1366854,10	1653538,38	1620165,02	2143035,87	2476651,87
Despesa de consumo final	875123,09	1095565,29	1308206,17	1333757,48	1731418,32	2006264,33
Despesa de consumo final (incluindo ISFLSF)	656870,76	818795,38	974440,28	990159,12	1278189,34	1494169,76
Governo geral e despesa de consumo final	218254,40	276859,48	333797,03	343600,45	453229,77	512095,01
Formação bruta de capital	182514,26	250512,56	343190,29	289006,03	433720,09	488550,51
Exportações de bens e serviços	156508,62	182671,02	225916,40	177877,39	232982,22	294453,45
Importações de bens e serviços	124891,12	161894,93	222784,45	180475,16	255085,43	312616,32
Agricultura, caça e pesca	51287,90	65464,84	83223,09	78638,82	97303,67	115166,67
Indústria	268903,23	326790,75	392627,17	374957,56	514915,34	581145,76
Serviços	615035,19	782879,28	931334,32	943994,21	1222214,88	14142108,09

Fonte: Elaboração própria, com dados da UNCTADstat